

RESENHA

SIMÕES, Darcilia e OSÓRIO, Paulo (Orgs). *Léxico: investigações e ensino*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014, 198 p. Disponível em: <http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/Livro_Lexico_e_Ensino.pdf>. Acesso em: 16 Dez. 2014.

Alessandra Ferreira Ignez *

Instituto Federal de São Paulo, Campos do Jordão, SP, Brasil



* Professora doutora do Instituto Federal de São Paulo (Campus Campos do Jordão) – IFSP, Campos do Jordão, SP, Brasil; alessandraignez@ifsp.edu.br

No âmbito dos estudos da linguagem, o léxico tem recebido uma atenção especial, servindo como objeto de pesquisa para diferentes linhas teóricas, as quais são complementares e, portanto, devem dialogar. O livro *Léxico: investigação e ensino* representa um espaço para diferentes enfoques sobre a análise lexical. A obra apresenta doze capítulos – produzidos por renomados estudiosos da língua –, que se articulam, sobretudo, em torno da reflexão a respeito de práticas de ensino voltadas à ampliação de repertório vocabular de alunos de português como língua materna ou como língua estrangeira.

O primeiro capítulo, intitulado “A ludicidade verbal em Monteiro Lobato: processos de formação de palavras”, dedica-se à criatividade lexical existente na obra lobatiana. Nele, Maria Teresa Gonçalves Pereira apresenta os processos de formação de palavras mais empregados pelo escritor, bem como os inusitados usos flexionais realizados por ele. De acordo com a autora, Lobato lança mão, principalmente, da derivação, sendo esta uma marca do seu discurso. Em suas obras, podem ser encontradas sufixações que surpreendem os leitores pelo fato de os sufixos nelas utilizados serem combinados a bases às quais, comumente, não são agregados (*arrebitadite*), produzindo efeitos de sentido diversos. Em se tratando das prefixações, Pereira afirma que a predileção do escritor é por prefixos de origem latina (*ineducada, bis-ótimo*). Quando aborda a parassíntese, a autora, acertadamente, alerta que os casos que irá apresentar podem trazer à tona posicionamentos controversos “a respeito da adequação do termo parassíntese e de seu aparecimento. Nos exemplos de Lobato, há a nítida impressão de que a palavra já existia, submetida à derivação sufixal, antes de aparecer com o emprego simultâneo de prefixação e sufixação.” Dentre os casos, é possível encontrar *descarneirar* e *reglandulada*. Se por um lado, há estudiosos da área que diriam se tratar de casos em que não ocorrem processos simultâneos de afixos, observa-se, que, de outro, alguns os tratariam como derivações parassintéticas, tendo em vista que o teste de eliminação do sufixo ou do prefixo empregados resultaria em uma unidade lexical não existente na língua.

Além das derivações, ganham espaço em sua obra as composições originais. Recebem destaque no texto de Pereira as composições eruditas. No capítulo, são citados alguns exemplos em que há uma base “comum” associada a uma presa erudita, provocando efeitos de humor (*periquiticídio, cabeçologia*).

Por último, a autora cita usos flexionais inusitados. Monteiro Lobato faz uso de formas analógicas, prevendo uma duplicidade genérica a substantivos uniformes: *Netuna, peixa, chafa*. Ele também flexiona em número substantivos próprios, dando-lhes uma designação genérica: “*tias Nastácias*”.

Conforme a autora, Monteiro Lobato não satisfaz suas necessidades expressivas com o que lhe é oferecido pelo nosso material linguístico. Ele precisa ir além, extrapolar o universo do dito, para penetrar no universo do ainda não dito, criando novas palavras. O texto de Pereira, no que diz respeito ao ensino vocabular, desperta nosso olhar para a possibilidade de se desenvolver um trabalho com o léxico de forma lúdica, levando o aluno a observar formas expressivas do uso da língua.

O segundo capítulo, “Ler os clássicos para ampliar domínio lexical”, produzido por Darcilia Simões e Eleone Ferraz de Assis, trata da importância de se resgatar e intensificar a leitura de clássicos, sobretudo no universo escolar, para a ampliação de repertório vocabular dos alunos. De acordo com os autores, o advento da internet avultou a prática da escrita, porém o uso feito do ambiente virtual, comumente, não compreende o acesso a ou a elaboração de textos de registro formal, o que não garante a seus usuários, em grande parte, alunos do ensino regular, o domínio da norma padrão. Simões e Assis asseveram que a linguagem cotidiana, informal promove uma base comunicativa aos falantes, porém não os instrumentaliza para lidar com textos mais elaborados, que também fazem parte de sua realidade.

Sublinham que, embora a modernidade tenha propiciado um aumento dos registros escritos, os alunos ainda pouco leem, sendo sobremaneira parca a leitura de textos literários clássicos ou de textos mais elaborados. O distanciamento desses tipos de texto, segundo os autores, torna cada vez mais difícil a realização de uma leitura crítica, não favorecendo também a ampliação do conhecimento lexical. Para eles, o trabalho com o texto no ambiente escolar perpassa todas as disciplinas, sendo necessário, portanto, que o aluno se familiarize com uma gama cada vez maior de textos formais, a fim de bem transitar entre os diferentes níveis de linguagem.

Simões e Assis defendem que os clássicos podem servir como uma ferramenta de apoio para o enriquecimento vocabular e enciclopédico, uma vez que a obra literária pode trazer, além de um uso particular e mais elaborado da língua, registros históricos, bem como ideologias de uma geração. Ressalvam que o ambiente cibernético, bem como as novas tecnologias podem se tornar grandes aliados da leitura desses textos, basta também se associar o uso de ambientes virtuais à expansão de conhecimento formal.

Pensando na ampliação do repertório linguístico para uma leitura mais acurada, os autores propõem, nesse capítulo, trabalhos com contos e apresentam a metodologia que usam por meio da análise de “A Perfeição”, conto de Eça de Queirós.

O texto aponta para uma intersecção entre ensino de literatura e de língua, deixando evidente que a literatura, pelo trabalho que faz com a palavra, pode ampliar a competência linguística e leitora dos alunos.

Cacildo Galdino Ribeiro e Maria Helena de Paulo, no capítulo “O uso de dicionário na escola”, apresentam possibilidades de se trabalhar de modo articulado ou integrado com obras lexicográficas e livros didáticos.

Focando propriamente no aprendizado de uma língua, os autores asseveram, na esteira de Rey-Debove, que existem duas formas de se conhecê-la: a forma natural e a artificial, representando a última um ensino calcado na metalinguagem, em que são consultados dicionários e gramáticas. Como defendem os autores, esses dois modos de aprendizado são complementares, pois apenas o aprendizado natural, que pressupõe conhecimento linguístico sem a necessidade de descrevê-lo, torna-se insuficiente para que o falante tenha êxito em todas as atividades comunicativas em que é empregada a língua. Ele pode, por exemplo, não conhecer a grafia das palavras sem uma educação formal, o que provavelmente dificultaria sua comunicação por meio da escrita.

No que diz respeito ao conhecimento do léxico, os autores afirmam que, em sala de aula, o trabalho com dicionários pode ser produtivo, na medida em que seu uso pode resolver, dentre outras, dúvidas quanto ao significado das palavras, à sua grafia, à seu registro, à sua etimologia. Em vez de serem aplicadas atividades de aquisição lexical desvinculadas de um contexto de produção discursiva, os autores sugerem poder o livro didático, que trabalha com gêneros variados, envolvendo exercícios de leitura e produção textuais, servir de base para a pesquisa de palavras. Entrando em contato com textos diversos, seja para ler ou escrever, os alunos provavelmente poderão ter dúvidas quanto ao uso e ao significado de determinadas palavras, o que talvez os leve a consultar uma obra lexicográfica que satisfaça suas necessidades de conhecimento.

Os autores propõem atividades que caminhem em sentido oposto ao de um ensino descontextualizado, que, geralmente, torna-se desprovido de significação para o aluno. Em vez de solicitar o significado de palavras contidas em uma lista aleatória realizada pelo próprio docente, os autores aconselham que o professor procure desenvolver atividades, inclusive lúdicas, que façam o aluno relacionar palavras a imagens, objetos, sentimentos e ações, bem como a contextos específicos de comunicação. A ampliação do vocabulário discente, da forma sugerida, torna-se mais eficaz.

No quarto capítulo, “A neologia de empréstimos no LDP: uma abordagem a partir de atos discursivos”, Elza Contiero e Aderlande Pereira Ferraz, inicialmente, indicam ao leitor a indissociabilidade entre léxico e cultura, uma vez que aquele pode revelar a visão de mundo de uma comunidade linguística. Assinalam também que o léxico acompanha as transformações sociais, apresentando, conseqüentemente, mudanças em sua configuração, que, no geral, estão relacionadas à

sua expansão. Novas palavras surgem, por meio de vários processos, para nomear o novo ou para satisfazer novas necessidades expressivas e ideológicas.

Nesse capítulo, os autores tratam de empréstimo e estrangeirismo, referindo-se o primeiro caso a uma palavra estrangeira incorporada ao léxico, e o segundo, não. Pontuando que, por meio do contato de uma sociedade com outra, ocorrem, naturalmente, empréstimos, Contiero e Ferraz apresentam uma posição divergente em relação a puristas, que imaginam uma língua estática, que não recebe influências de outros povos. No caso da formação do Português brasileiro, citam as contribuições feitas por europeus, africanos e orientais que vieram para o Brasil. Além disso, lembram a forte presença de palavras inglesas em nossa fala, decorrente da influência norte-americana.

De acordo com os autores, os estrangeirismos e empréstimos ampliam a competência lexical dos alunos e, assim, podem melhorar sua proficiência no uso da língua escrita ou falada, sendo justificável, portanto, observar como livros didáticos de língua portuguesa, que são bastante utilizados no universo escolar, abordam a questão, sobretudo, dos empréstimos, que representam a adoção de um signo linguístico pertencente a outra comunidade com fins comunicativos e/ou expressivos e ideológicos.

Os autores, fundamentando-se em análises, asseveram ainda ser preciso produzir materiais que não façam somente uma descrição conceitual do termo *empréstimo*, sem um trabalho mais acurado sobre o assunto. Em suas palavras: “[...] estes elementos quando inseridos na nossa língua não apenas servem para nomear um novo objeto do mundo, mas servem também para gerar um efeito de sentido [...], fazendo emergir questões fortemente ideológicas.”. O capítulo reúne informações e argumentações que, dentre outras funções, agem contra possíveis preconceitos linguísticos.

“E não tinham gentio manço: considerações léxico-culturais sobre etnia no Goiás setecentista” é título do quinto capítulo da obra, escrito por Vanessa Regina Duarte Xavier. O texto debruça-se sobre a análise do campo lexical referente à constituição étnica de Goiás setecentista. Para o estudo, a autora recorreu a documentos da época compilados no “Livro para servir no registro do caminho novo de Parati”, de Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas.

A autora baseia sua pesquisa em fundamentos da Semântica Estrutural, avaliando o sentido das lexias relacionadas ao campo semântico da etnia quando atualizadas no discurso. Xavier examina, por meio dos registros selecionados para análise, a percepção que se tinha dos diferentes grupos étnicos que conviviam na Capitania de Goiânia setecentista.

De acordo com a autora, os mulatos, assim como os índios (também tratados, no *corpus*, como gentios), eram associados a infratores que cometiam crimes na região. Eram considerados negros, por sua vez, africanos e seus descendentes. A estes eram infligidos trabalho escravo e castigos severos. Os brancos eram tomados como os colonizadores portugueses que viviam no local.

O capítulo evidencia que os registros tratam mais propriamente dos conflitos existentes entre brancos e índios, em virtude de estes, conforme os documentos, assassinarem aqueles ou roubarem seus bens. Xavier ressalta que os índios eram considerados cruéis por natureza (*gentios brabos*) e que os moradores locais, por seu turno, eram vingativos, usando da violência das armas.

O texto nos mostra que tanto os brancos quanto a Coroa e a Igreja Católica buscavam meios de dominar e domesticar os índios, alegando que estavam tentando pacificar o convívio destes com os demais habitantes locais. Sob essa alegação, prenderam e mataram vários *gentios*.

A leitura desse capítulo revela como o léxico deixa transparecer visões de mundo, pontos de vista. No caso, por meio do estudo do campo lexical de etnia, foi possível depreender um olhar datado sobre os diferentes grupos étnicos que conviviam em Goiás setecentista. Esse tipo de análise faz-se relevante para compreensão crítica de discursos diversos, sendo válida para aulas que se pautam em textos.

O sexto capítulo – “Água mole em pedra dura. Provérbios nas aulas de Língua Portuguesa” – também defende que o léxico deixa evidenciar modos de se perceber a realidade. Nele, em específico, são abordados os usos de provérbios, unidades fraseológicas que apresentam estrutura e significados cristalizados pela comunidade que delas se utilizam.

De acordo com Denise Salim Santos, autora do capítulo, os provérbios fazem parte do repertório linguístico de uma dada comunidade e deixam manifestas visões de mundo compartilhadas pelo grupo de falantes. Eles trazem consigo uma carga cultural, portanto os nativos empregam-nos, geralmente, com propriedade, o que se torna mais difícil no caso de estudantes estrangeiros.

Santos questiona o fato de os provérbios serem evitados em redações para vestibular ou em outros textos escolares, pois, ao contrário de alguns estudiosos da língua, não entende que os provérbios apenas expressem ideias desgastadas. Pelo contrário, em muitos casos, verifica ser possível utilizá-los de modo expressivo, causando diferentes efeitos de sentido. Segundo a autora, os provérbios, pelo fato de figurarem um repertório comum entre os falantes de uma língua, normalmente, fazem com que o discurso que deles lançam mão desperte uma atenção maior do interlocutor. Críticas, por exemplo, são bem expressas por meio de usos proverbiais.

Acresce-se que a substituição de um dos elementos dessas unidades fraseológicas ou a inversão destes pode provocar efeitos de humor, dentre outros. Santos analisa casos do tipo no jornalismo, na publicidade e na literatura, apontando a criatividade linguística de seus “inventores”. Partindo da ideia de que o “jogo” com os elementos de uma unidade fraseológica pode produzir efeitos inusitados ou remotivar uma expressão, a autora defende o trabalho com provérbios em sala de aula, indicando em seu texto algumas atividades envolvendo o assunto. Santos oferece ao professor de língua um olhar diferenciado para sua prática: um olhar voltado para a criatividade lexical dos discentes.

Eliana Meneses de Melo, neste livro, trata da proeminência da ampliação de repertório lexical, terminológico de estudantes do ensino superior ou os de cursos para tecnólogos. A autora, em “Inclusão social e cotidiano hipermidiático: léxico, leitura e ensino superior”, destaca que muitos ingressantes desses cursos apresentam um vocabulário diminuto, que não lhes permite produzir e compreender textos em sua completude. Em virtude desse fato, não tão recente, várias instituições de ensino passaram a oferecer a seus alunos disciplinas como Comunicação e Expressão e Leitura e Produção Textual.

Melo observa que tais disciplinas, não raras vezes, apresentam um conteúdo já conhecido pelo discente e que, em vários casos, são ministradas sem que seja estabelecida uma ponte entre elas e a área de atuação profissional do aluno, o que faz com que este as considere desprovidas de uma finalidade prática ou de articulação com seu campo de trabalho.

Tendo em vista relacionar as disciplinas à área escolhida pelo aluno, a autora propõe um trabalho voltado à ampliação lexical que permita ao discente compreender melhor textos diversos de seu cotidiano, exercendo seu papel social, cidadão, profissional. Dentre as atividades sugeridas por Melo, destacamos a que propõe o levantamento de termos técnicos de uma dada área e a depreensão de sentido destes por meio de uma leitura hipermidiática, que englobe uma quantidade significativa de textos, pois julgamos a leitura hipermidiática e a hipertextual produtivas, já que permitem ao aluno entender o sentido das palavras no universo discursivo em que são atualizadas, bem como trilhar um caminho em busca de sentidos e interpretações. Além disso, essa proposta está em consonância com o mundo atual, que nas palavras da autora: “é o mundo dos muitos discursos que percorrem as múltiplas ações e reações em nossa vida cotidiana.”. Melo, portanto, indica um trabalho em que a língua portuguesa esteja associada às práticas discursivas do discente.

Liliane Oliveira Damazo e Jerônimo Coura-Sobrinho, por sua vez, dedicam-se à análise de textos produzidos para o Celpe-Bras, exame oficialmente

reconhecido pelo governo brasileiro que tem como finalidade identificar o nível de proficiência de estrangeiros em língua portuguesa.

No capítulo “Conhecimento lexical e níveis de proficiência. Português como língua estrangeira”, os autores mencionam que analisaram uma amostra de 49 provas aplicadas pelo Celpe-Bras, cujas notas variavam em uma escala de 1 a 5. Segundo registram, os examinandos, de modo geral, atenderam à proposta no que diz respeito ao gênero solicitado. Verificaram os autores, por fim, que as notas sofriam variação em virtude do repertório lexical e do conhecimento de articuladores textuais expostos, demonstrados nos discursos produzidos.

Chegando a essa conclusão, Damazo e Coura-Sobrinho deixam tácita a necessidade de se intensificar ou aprimorar as práticas pedagógicas que visem tornar mais vasta a competência linguística do aluno estrangeiro no tocante ao léxico, pois seu repertório, se amplo, permite-lhe expressar-se de maneira mais eficaz em diferentes contextos comunicativos, conferindo ao seu texto, inclusive, um estilo que possa provocar efeitos sobre o interlocutor.

O nono capítulo, “O léxico como marca de expressividade em Manoel de Barros”, produzido por Tania Maria Nunes de Lima Camara, estabelece um diálogo com os dois primeiros capítulos dessa obra, que preconizam o trabalho com textos literários para o enriquecimento lexical. De acordo com a autora, o universo literário espalha-se para o domínio da ruptura, do inusitado, da invenção, pois, nele, são exploradas todas as potencialidades do sistema.

Camara escolhe para análise duas obras infantis de um dos autores-criadores mais reconhecidos na atualidade: Manoel de Barros. As obras referidas são “Exercícios de ser criança” (1999) e “O fazedor de amanhecer”. A autora observa que o poeta vale-se da palavra para provocar efeitos expressivos. Dentre seus recursos estilísticos, a autora dá ênfase à criação neológica, ao eruditismo e à construção de imagens originais, que desfaz clichês e metáforas desgastadas. Além disso, Camara destaca as relações sugestivas entre o plano sonoro e o lexical dos poemas de Barros, pois, nestes, há uma convergência expressiva entre esses estratos do texto.

Como assevera a autora, Manoel de Barros é um poeta que atinge tanto um público infantil quanto adulto, uma vez que o seu trabalho com a palavra instiga qualquer leitor. Os “deslimites” do escritor, como bem observa Camara, permite que o professor trabalhe em sala de aula “a ampliação do universo lexical do aluno, em seus múltiplos sentidos, esperados ou inesperados”. Com isso, este poderá interagir em contextos de comunicação vários, aprendendo também a se relacionar com o vasto campo dialógico e surpreendente da literatura.

Geraldo José Rodrigues Liska, também pensando no ensino de neologismos, defende o uso, em sala de aula, de textos que explorem o humor, pois estes também

recorrem à formação de palavras como forma de agir sobre o interlocutor, surpreendendo-o. A neologia semântica, por exemplo, amplamente utilizada nesses textos, rompe com o esperado e provoca efeitos plurissignificativos, que requerem uma proficiência leitora mais acurada. O neologismo formal, apresentando um novo significante, também exige um olhar mais atento do leitor, pois é preciso entender o seu sentido e seu efeito, muitas vezes, expressivo dentro do contexto discursivo em que é empregado.

Para Liska, os textos de humor autênticos funcionam como representação, imitação ou recriação da realidade, muitas vezes, sendo esta, nesses discursos, retratada de forma caricatural. O autor assinala que, embora muitos textos de humor sejam usados em livros didáticos ou em materiais preparados pelo docente como um pretexto para o ensino de gramática, é preciso repensar sua abordagem; explorar, no que diz respeito ao léxico, a plurissignificação obtida por meio de neologismos semânticos que neles surgem, os efeitos expressivos, jocosos, enfim, de humor, causados por todas as criações lexicais neles presentes. O texto de Liska sugere que o estudo do neologismo seja realizado por meio do contexto de uso, pois, assim, o leitor deverá recorrer ao seu conhecimento lexical e linguístico para compreender novas palavras e os efeitos que atingem em determinados universos textuais.

Magno Santos Batista e Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro, em “Marcadores discursivos: análises e concepções em gêneros da mídia impressa inseridos no manual didático”, discorrem sobre o papel dos marcadores discursivos em textos cuja tipologia é de natureza argumentativa. Com foco no ensino, sugerem atividades com textos argumentativos da esfera jornalística existentes em livros didáticos, dado o uso frequente desse material em sala de aula.

De acordo com os autores, os textos argumentativos permitem que o aluno compreenda a dimensão dialógica da linguagem. Além disso, em contato com eles, o discente passa a observar itens linguísticos pertencentes a esse campo, como os marcadores discursivos, por exemplo. Atendo-se a esses elementos, os autores mostram que não servem apenas como conectivos, mas, no discurso, alcançam função sintático-semântica e também pragmática. Alguns possuem mais de um sentido, podendo, portanto, este apenas ser apreendido por meio do contexto.

Batista e Ribeiro mostram-nos ser preciso explorar as potencialidades argumentativas, semânticas desses elementos, não os tratando apenas como conectivos textuais.

No último capítulo, “Entre a fala e a escrita: o lugar dos vocábulos triviais da língua portuguesa”, Maria Cristina Parreira e Rosimar de Fátima Schinelo tocam em uma questão que envolve léxico e cultura, léxico e identidade. Segundo as autoras, os vocábulos triviais, comuns na fala e pouco usados ou recomendados na

escrita, muitas vezes, são relegados a segundo plano em aulas de língua portuguesa, o que, de certa forma, distancia alunos de usos linguísticos que revelam sua história, sua memória, seu espaço social.

Muitos desses vocábulos são apenas utilizados em discursos orais e vão sofrendo transformações fonéticas ao longo do tempo. Dicionários vários não os compreendem e, quando o fazem, trazem-nos, simplesmente, com registros como “regionalismo”. Em manuais, surgem como “erro de português”, “uso informal”. Entendendo que léxico e cultura são indissociáveis, as autoras participam de um projeto para a elaboração do *Dicionário de palavras triviais do Português* e defendem que professores de língua devam trabalhar o sentido dessas palavras com os alunos, bem como suas relações com a memória e identidade de um grupo, de uma época. Esse capítulo ressalta a importância de se relacionar léxico e cultura.

Léxico: investigação e ensino aponta ser preciso repensar práticas de ensino voltadas ao desenvolvimento da competência linguística. Em se tratando do léxico, várias propostas são feitas ao leitor: ensinar o léxico por meio de textos lúdicos, literários, humorísticos, explorando os aspectos expressivos e semânticos das palavras empregadas, sendo elas novas ou não; observar escolhas e campos lexicais no discurso com a finalidade de que os alunos realizem uma leitura crítica que se debruce sobre ideologias e expressões de uma época; utilizar dicionários e livros didáticos como ferramentas para ampliação de repertório; não ignorar, em sala de aula, vocábulos triviais ou expressões comuns de uma dada língua, pois preterir determinados usos pode distanciar os alunos de suas memórias, histórias; associar o ensino de léxico às práticas discursivas discentes, às suas necessidades.

Tendo como propósito discutir questões teóricas referentes à Lexicologia, à Lexicografia e à Terminologia associando-as ao ensino do léxico, a obra *Léxico: investigação e ensino* torna-se leitura indispensável aos estudiosos da linguagem, principalmente, àqueles que se dedicam ou que irão se dedicar ao magistério.